



Ana Brandão

Vista a partir do alto de São João do Carvalhido, sobre diferentes tecidos urbanos. Santo Tirso

O URBANO DIFUSO DE SANTO TIRSO: UM SISTEMA LATENTE

Nuno Travasso | Ana Ferreira | Ana Brandão | Teresa Prudêncio

A ocupação urbana no Noroeste de Portugal é caracterizada por um extenso povoamento difuso, assente numa matriz rural da pequena propriedade (minifundiária) progressivamente colonizada e moldada às exigências dos sistemas de funcionamento e modos de vida contemporâneos. Aqui, a vivência urbana coexiste com espaços agrícolas e industriais e com as práticas quotidianas que lhes estão associadas. As tipologias do espaço diferem das dos centros urbanos canónicos, tal como difere a relação que os habitantes estabelecem com estes espaços.

As características deste território resultam de uma dinâmica de ocupação ao longo da rede viária — a preexistente densa rede de caminhos rurais entretanto ampliada e infra-estruturada — contínua e progressivamente intensificada, através da introdução de elementos e actividades industriais e de uma prática urbanística assente em loteamentos privados.

Esta forma de povoamento não apresenta um sistema de espaço público claro ou facilmente inteligível. Os espaços públicos nestes territórios de ocupação difusa não correspondem de forma directa a tipologias nem a uma organização canónica. Campos de milho, vinhas, estufas, hortas, eucaliptais e pinhais, fábricas de todas as dimensões, edifícios comerciais, equipamentos públicos, igrejas e habitações: tudo está misturado num padrão composto por pequenas parcelas alimentadas por estradas e uma densa rede de antigos caminhos rurais. Palavras como praça, parque, avenida ou rua parecem não fazer aqui sentido e, no entanto, há um extenso sistema de espaços colectivos que fornece um número considerável de serviços públicos ao território e seus cidadãos.

Tomamos como exemplo dois núcleos do município de Santo Tirso caracterizados por um povoamento difuso; Burgães, com características mais rurais, e Rebordões, com maior interligação da função habitacional com actividades industriais, serviços e equipamentos.

Neste território, a rede de espaços públicos resulta de um conjunto de estruturas, decorrentes de diferentes processos, articuladas pelo sistema viário ou pelo sistema ecológico, mas frequentemente não contíguas, com uma provisão de serviços atomizada e difusa, muitas vezes apresentando uma configuração básica e a ausência de um desenho qualificado.

Esta rede distingue-se pelo domínio do sistema viário como agregador de funções, pela persistência de elementos de carácter rural (caminhos rurais, levadas, fontes e lavadouros antigos) e pela existência de espaços de encontro, socialização e recreio, motivados pelas actividades comerciais, religiosas e recreativas. Podem também encontrar-se espaços “de excepção” e referências (desenhados e equipados) e espaços “anónimos”, gerados por operações de loteamentos, na maioria dos casos sem elementos de qualificação ou carácter significativo.

O principal elemento deste sistema viário é a estrada, integrada numa rede mais ampla composta pelos antigos caminhos rurais e que suporta o crescimento e a instalação das redes infra-estruturais (abastecimento de água, saneamento, electricidade, telecomunicações, etc.). Várias actividades (lojas, fábricas, serviços) foram-se instalando e concentrando ao longo das estradas, beneficiando do acesso e por estarem “de caminho” para quem ali passa. Nestas estradas, concebidas para movimentos rápidos de longa distância, podem-se encontrar lugares de estacionamento, acesso directo a lojas e habitações, passadeiras para peões, pequenos trechos de passeios. É uma estrada e uma rua ao mesmo tempo, a “rua da estrada” (Domingues, 2009). Da mesma forma, também os caminhos adquirem novas funções ao longo dos anos. Cruzamentos e pequenos alargamentos são oportunidades para instalar usos que não se encaixam em nenhum outro lugar (paragens de autocarro, contentores de lixo, etc.).

Ana Brandão



No mesmo território convivem ambientes de ruralidade remanescentes e tecidos urbanos pouco qualificados. Rua de Gatim e rua do Padroeiro, Burgães



Nuno Travasso

Diferentes espaços de socialização: ponto de encontro à porta do café e o Parque Urbano Sara Moreira. Burgães

Os pontos de encontro, onde as pessoas se reúnem para conversar, tornaram-se referências num tecido urbano aparentemente uniforme. Os mapas mentais do espaço público são constituídos por pontos: o adro, a escola, o café, o cruzamento, a festa anual no topo do monte. No entanto, e apesar das múltiplas actividades que aí se podem realizar, este sistema não é reconhecido como tal por quem lá passa.

Já o Parque Urbano Sara Moreira, em Burgães, repete os lugares comuns (em ambos os sentidos da expressão) que nos habituámos a ver associados aos centros urbanos. Aliás, o parque surge directamente ligado ao centro de Santo Tirso, pelo passadiço ao longo das margens do Ave, mas estabelece uma relação muito limitada com a sua envolvente. É um espaço autónomo e reconhecido como “de excepção”, ao qual as pessoas acedem, normalmente de automóvel, para aí realizarem actividades de recreio e lazer e onde se organizam eventos lúdicos e actividades físicas.

No urbano difuso parece que a estruturação do território terá de ser feita a partir do reconhecimento e qualificação dos valores existentes, focando as estruturas de maior escala e a inter-relação entre sistemas de espaços públicos e sistemas ambientais e paisagísticos. Mas para tal, será necessário, antes de mais, um conhecimento mais profundo do sistema de espaços públicos existente, não só no que toca ao seu aspecto físico mas também no que se refere a valores, leituras, significados, práticas, etc.

São sistemas de espaços públicos latentes, à espera de ser revelados. Mais do que transpor para ali modelos urbanos com origem noutros cenários, importa desenvolver acções capazes de tornar evidentes e potenciar as qualidades já existentes. Algo que tanto deve ser feito pelo redesenho e qualificação destes espaços como pela promoção de discurso público e de um debate alargado sobre eles. Um processo que torne estes sistemas espaciais visíveis e inteligíveis, que promova a sua apropriação, que faça emergir as questões colectivas que lhes estão associadas — serviços, expectativas, anseios, conflitos — e sobre as quais importa deliberar colectivamente. Trata-se, afinal, de tornar públicos estes espaços (Latour, 2005; Dehaene, Notteboom & Teerds, 2014).